

VOZ ATIVA na defesa dos Técnicos de Medicina Nuclear, Radiologia e Radioterapia

A ATARP - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS TÉCNICOS DE RADIOLOGIA, RADIOTERAPIA E MEDICINA NUCLEAR ASSUME NOVO PLANO ESTRATÉGICO EM 2020, REFORÇANDO O SEU PAPEL NA DEFESA DA SAÚDE PÚBLICA E NA MELHORIA DO SISTEMA NACIONAL DE SAÚDE, NO ÂMBITO DAS PROFISSÕES QUE REPRESENTA.

Por deliberação dos seus associados, a ATARP - Associação Portuguesa dos Técnicos de Radiologia, Radioterapia e Medicina Nuclear retirou-se do Fórum das Tecnologias da Saúde, passando a assumir, individualmente, um plano estratégico e centrado na defesa dos interesses dos profissionais que representa.

2020 será o ano zero para o lançamento das bases do renovado projeto da ATARP. Entre lutas do passado e novos objetivos definidos é pretensão da atual Direção: 1) fomentar a atualização de competências ao longo da vida; 2) promover a revisão do perfil profissional, em função da alteração do sistema educativo português, que agregou as três áreas, representadas pela ATARP, num plano formativo unificado; 3) definir estratégias de reforço relativas à importância das profissões representadas, quer ao nível das competências, como do reconhecimento social.

Na defesa da Saúde Pública

O Decreto-Lei nº 108/2018 “estabelece o regime jurídico da proteção radiológica, bem como as atribuições da autoridade competente e da autoridade inspetiva para a proteção radiológica, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva 2013/59/Euratom que fixa as normas de segurança de base relativas à proteção contra os perigos resultantes da exposição a radiações ionizantes”. Sendo a ATARP, a “Associação Profissional mais representativa dos Técnicos que lidam diariamente com a radiação” tem, no entender do seu presidente, Altino Cunha, “o dever ético, moral de zelar pela segurança dos doentes e dos profissionais e otimizar as práticas”. Nesse sentido, a Associação defende que estes profissionais devem ser chamados e ouvidos na tomada de decisão destas matérias, nomeadamente as que envolvam, por exemplo, a aquisição de equipamentos radiológicos, “na medida em que são os responsáveis pelo seu manuseamento”, bem como estratégias que visem a proteção radiológica e ainda no esclarecimento da população e outros profissionais.

Neste contexto, em parceria com a Associação Portuguesa do Ambiente, autoridade competente, para efeitos do referido Decreto-Lei estão pensados alguns grupos de trabalho que vão representar um papel ativo na segurança e na gestão de risco, já em 2020.

À ATARP, foi solicitada colaboração nessa área, “a par de outras questões como a segurança, a gestão de risco e o ‘report’ de anomalias”. Vítor Silva, vice-presidente da ATARP, defende que, em relação à questão do registo e análise de ocorrências, o tema deve ser trabalhado junto dos Técnicos pois, “à semelhança do que acontece com outras classes profissionais, o ato de reportar um erro ainda é visto com um sentido pejorativo. É importante mudar essa visão”.

Num panorama político e social de aceso debate em torno do atual estado do Sistema Nacional de Saúde, a ATARP não foge ao seu papel ativo e interventivo, e, alerta para a necessidade de reforçar o papel dos cuidados de saúde primários na interligação com os cuidados hospitalares, “medida que vai representar um ganho muito importante para os doentes e para os indicadores em saúde”. Com base na sua experiência, e em

casos que lhe são reportados, Altino Cunha alerta: “não faz sentido um habitante de uma vila do interior deslocar-se 100 quilómetros para fazer os exames num hospital central, retornar a casa, para semanas depois voltar ao hospital para a consulta de especialidade. Por que não pode o utente realizar os exames na sua área de residência, e estes serem disponibilizados no hospital? Assim como, imaginemos um doente da área de residência de Bragança, que teve um acidente em Coimbra, realizar os exames radiológicos no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, ser encaminhado para o Hospital de Bragança para ser acompanhado e, por não ser portador dos resultados dos exames, ter de repeti-los”.



Vítor Silva, vice-presidente da ATARP, e Altino Cunha, presidente da ATARP

Formação e diferenciação

Apologista da licenciatura em Imagem Médica e Radioterapia, cuja atual formação e respetivos ciclos de estudos resultaram da fusão dos três anteriores cursos de licenciatura em Medicina Nuclear, Radiologia e Radioterapia, a ATARP defende a pertinência da especialização e da formação contínua. Sendo uma formação de banda larga, compete aos profissionais apostarem na consolidação de conhecimentos mais específicos, dentro das suas áreas de interesses, podendo assim estar mais bem preparados para exercerem as funções para as quais se candidatam – seja na área hospitalar como industrial. Sendo um dos pilares fundamentais da ATARP, a formação contínua focar-se-á em iniciativas que visam promover a diferenciação, sustentada em cursos online e hands-on. Após o sucesso atingido com a formação lançada após o congresso nacional de 2019, outras iniciativas estão na agenda.

O dinamismo e a proatividade da ATARP são reconhecidos por profissionais e congéneres internacionais, estando programada a presença da Associação Portuguesa num congresso na vizinha Espanha. De igual modo, a ATARP continua a trabalhar em colaborações com outras entidades europeias de referência nas áreas profissionais que representa. Veja-se a título de exemplo, o facto de pelo terceiro ano consecutivo, a ATARP ser responsável pela realização de uma sessão em língua portuguesa no European Congress of Radiology, assim como potenciar a ação no âmbito da European Federation of Radiography Societies, da qual a ATARP é membro fundador.

